





SISTEMA CEIVAP / AGEVAP



**CEIVAP – COMITÊ DE INTEGRAÇÃO DA BACIA
HIDROGÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL**

**AGEVAP – AGÊNCIA DA BACIA HIDROGRÁFICA
DO RIO PARAÍBA DO SUL**

PAULO TEODORO
Presidente do CEIVAP
Apresentação – M Aparecida Vargas

Região Hidrográfica Costeira do Sudeste



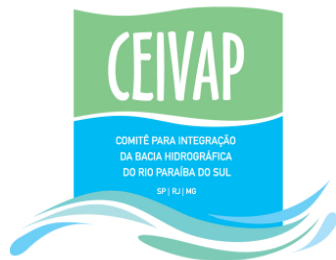
Bacias Hidrográficas Brasileiras





A BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL





A BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL



Características da bacia:

Área: 55.500 km²

SP: 13.900 km²; (25%) RJ: 20.900 km²; (37,7%) MG: 20.700 km²; (37,3%)

Municípios: 180

SP: 39; RJ: 53; MG: 88

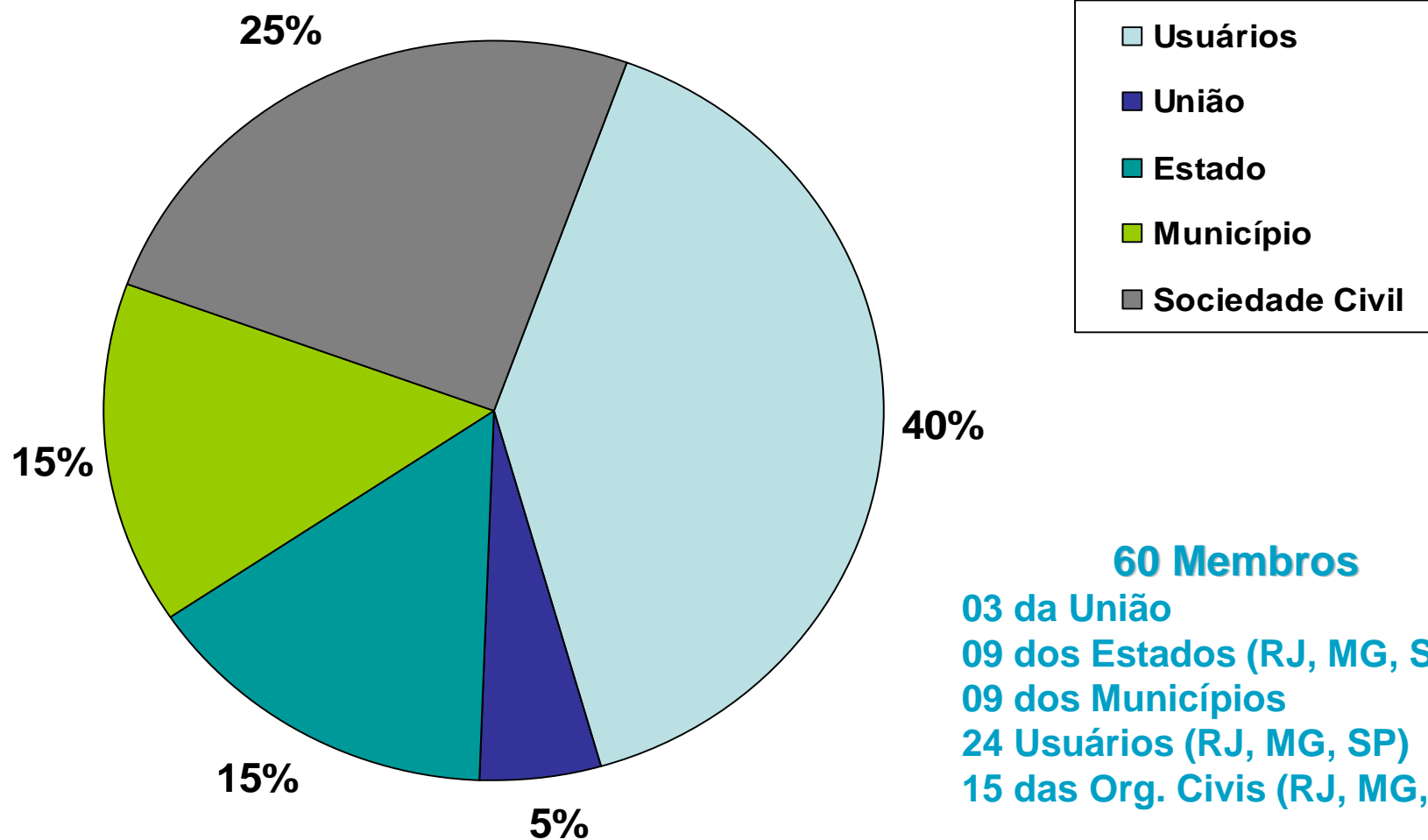
População (IBGE 2000): 4.922.779 + 8.500.000 (RMRJ)

SP: 23.3%; RJ: 43.5% + 100%; MG: 33.26%

✓ Apesar de representar somente **0.7% do território brasileiro** e **6% da Região Sudeste**, a bacia compreende uma área das mais industrializadas do país, responsável por cerca de **10% do PIB brasileiro** e **abastece cerca de 14 milhões de pessoas.**



CEIVAP - Composição



60 Membros

03 da União

09 dos Estados (RJ, MG, SP)

09 dos Municípios

24 Usuários (RJ, MG, SP)

15 das Org. Cívis (RJ, MG, SP)



LEI Nº. 9.433 - COBRANÇA



Art. 22. Os valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos serão aplicados prioritariamente na bacia hidrográfica em que foram gerados e serão utilizados:

I – no financiamento de estudos, programas, projetos e obras incluídos nos Planos de Recursos Hídricos;

II – no pagamento de despesas de implantação e custeio administrativo dos órgãos e entidades integrantes do SINGREH.

§ 1º A aplicação nas despesas previstas no inciso II deste artigo é limitada a **7.5%** do total arrecadado.

§ 2º Os valores previstos no caput deste artigo poderão ser aplicados a fundo perdido em projetos e obras que alterem, de modo considerado benéfico à coletividade, à qualidade, a quantidade e o regime de vazão de um corpo de água.

Art. 38. Compete aos Comitês de Bacias Hidrográficas, no âmbito de sua área de atuação:

...

VI – estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos e sugerir os valores a serem cobrados

Art. 44. Compete às Agências de Águas, no âmbito de sua área de atuação:

...

IX – promover os estudos necessários para a gestão dos recursos hídricos em sua área de atuação

...

XI – propor ao respectivo ou respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica:

...

b) Os valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos



Junho de 2002 - CRIAÇÃO DA AGEVAP



Em 20 de junho de 2002, a Deliberação CEIVAP nº 12/02 aprova a criação da **Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do SUL – AGEVAP**.

Em setembro de 2004 é firmado o **Contrato de Gestão** entre a **ANA** e a **AGEVAP** com a interveniência do CEIVAP.

Principais Atribuições:

- ✓ **Secretaria Executiva do CEIVAP**
- ✓ **Exercício das funções de Agência de Bacia – aplicação dos instrumentos de gestão localmente.**





CONTRATO DE GESTÃO

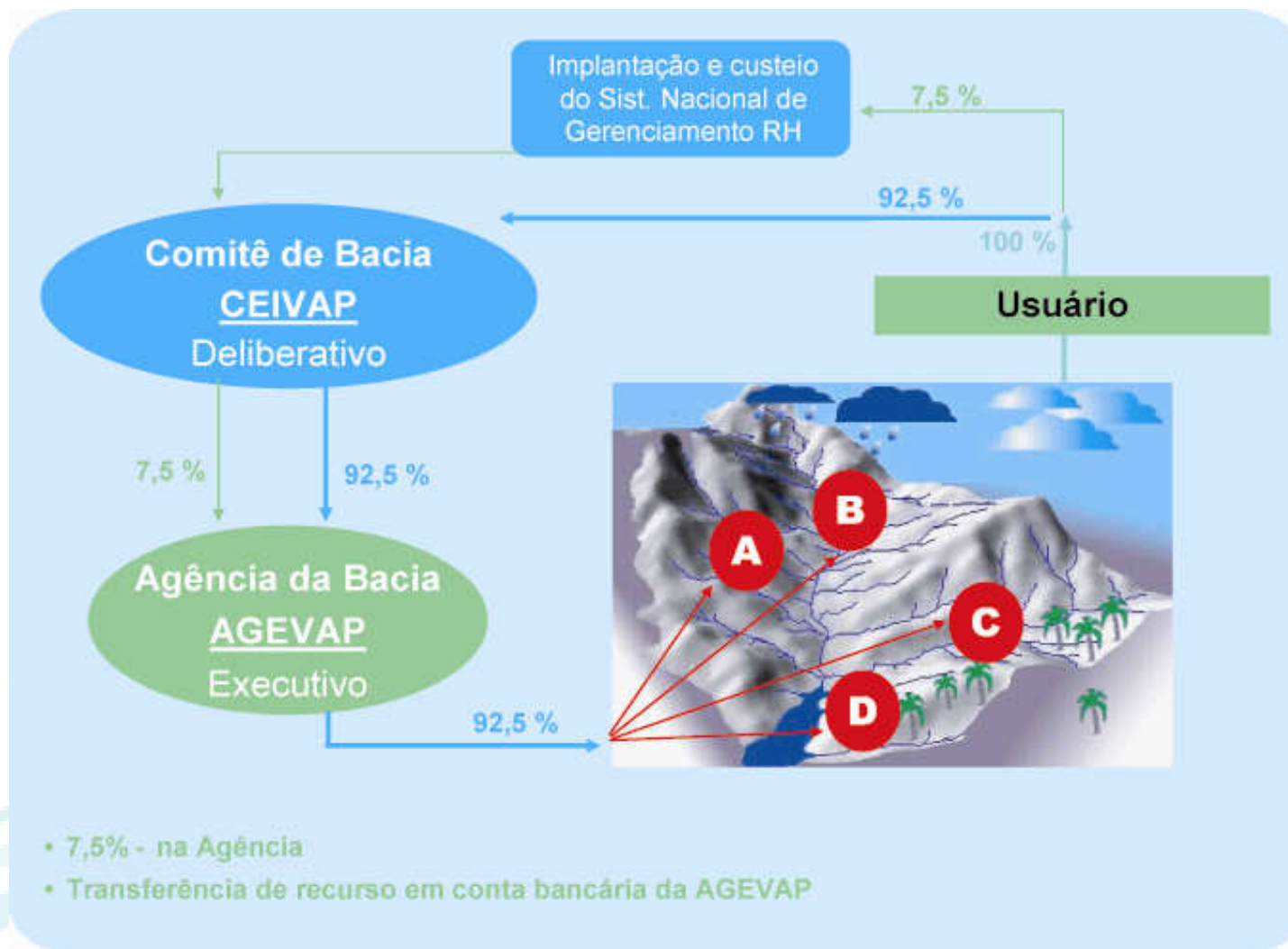


O **Contrato de Gestão** viabiliza o **repasse de recursos** para **sustentar programas e ações continuados**, com objetivos, metas e indicadores pré-estabelecidos de modo a permitir o acompanhamento dos resultados alcançados.

Pontos Relevantes do Contrato de Gestão viabilizado pela Lei 10.881

- ✓ **Evita contingenciamento de recursos pelo Governo Federal;**
- ✓ **Viabiliza o repasse dos recursos oriundos da cobrança para AGEVAP;**
- ✓ **Assegura a aplicação dos recursos gerados pela cobrança na própria bacia;**
- ✓ **Viabiliza a instalação e a estrutura técnica da AGEVAP.**

SISTEMA - ARRECADAÇÃO





A COBRANÇA NO PARAÍBA DO SUL



A cobrança pelo uso da água bruta na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul foi pioneira no cenário nacional, sendo estabelecida após a consolidação de um grande pacto entre os poderes públicos - União e estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro; os setores usuários; e as organizações civis representadas no âmbito do Comitê de Bacia - CEIVAP, para a melhoria das condições relativas à qualidade e à quantidade das águas da bacia.

Em continuidade ao processo de aperfeiçoamento do instrumento, o CEIVAP aprovou, em setembro de 2006, novos mecanismos e valores para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos nos rios de domínio da União da bacia, em vigor desde abril de 2007.



Antecedentes sobre a revisão da COBRANÇA NO PARAÍBA DO SUL



Histórico:

- ✓ 2 anos de discussão (março 2001 a março 2003);
- ✓ Opção pela simplicidade metodológica visando aplicabilidade e aceitabilidade por parte do usuário-pagador;
- ✓ Definição de critérios e valores por consenso com os setores usuários – processo participativo;
- ✓ Metodologia Transitória – 3 anos – Reavaliação até agosto de 2006;
- ✓ Implantada apenas em águas de domínio da União, e a partir de 2004 em águas de domínio do Estado do RJ;
- ✓ SP e MG aprovaram recentemente a cobrança em águas de domínio estadual.

Histórico - Processo de negociação - Condições prévias para a cobrança:

- ✓ **Elaboração e aprovação do Plano da Bacia;**
- ✓ **Instituição da Agência da Bacia;**
- ✓ **Definição de usos insignificantes (1 L/s);**
- ✓ **Cadastramento de usuários / regularização de usos;**
- ✓ **Definição da metodologia de cobrança;**
- ✓ **Formalização da fase transitória de cobrança, circunscrita a três anos a partir do seu início efetivo;**
- ✓ **Mecanismos de redução do valor final da cobrança para todos os setores usuários pagadores como incentivo ao ingresso ao sistema;**



A COBRANÇA NO PARAÍBA DO SUL



- **Quando começou a cobrança na bacia do Paraíba do Sul ?**

A cobrança pelo uso da água, em rios de domínio da União, na bacia do rio Paraíba do Sul, teve início em março de 2003, com base no processo de regularização de usos, apoiado pelo cadastramento declaratório de usos de recursos hídricos na bacia, que hoje se encontram disponíveis no Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos - CNARH.

Os usos de recursos hídricos em rios de domínio do Estado de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro estão sujeitos ao que estabelecem as respectivas leis estaduais.



A COBRANÇA NO PARAÍBA DO SUL



- **Quem arrecada e o que é feito com os recursos financeiros?**

Os recursos financeiros arrecadados em rios de domínio da União são arrecadados pela ANA e repassados integralmente à AGEVAP, desde 2004, conforme determina a Lei nº. 10.881/04.

Na bacia do Paraíba do Sul cabe, portanto, à AGEVAP receber e gerir os recursos repassados, buscando alcançar as metas previstas no Contrato de Gestão assinado com a ANA, instrumento pelo qual são transferidos os recursos.





A COBRANÇA NO PARAÍBA DO SUL



O Plano da Bacia do Paraíba do Sul apresenta um Programa de Investimentos e ações para recuperação e preservação dos recursos hídricos da bacia, sendo integrado por 7 Cadernos de Ações que contemplam algumas das ações adequadas às especificidades das regiões e bacias afluentes, concebidos a partir de consultas populares em todas as regiões da bacia e com base em avaliações técnicas.





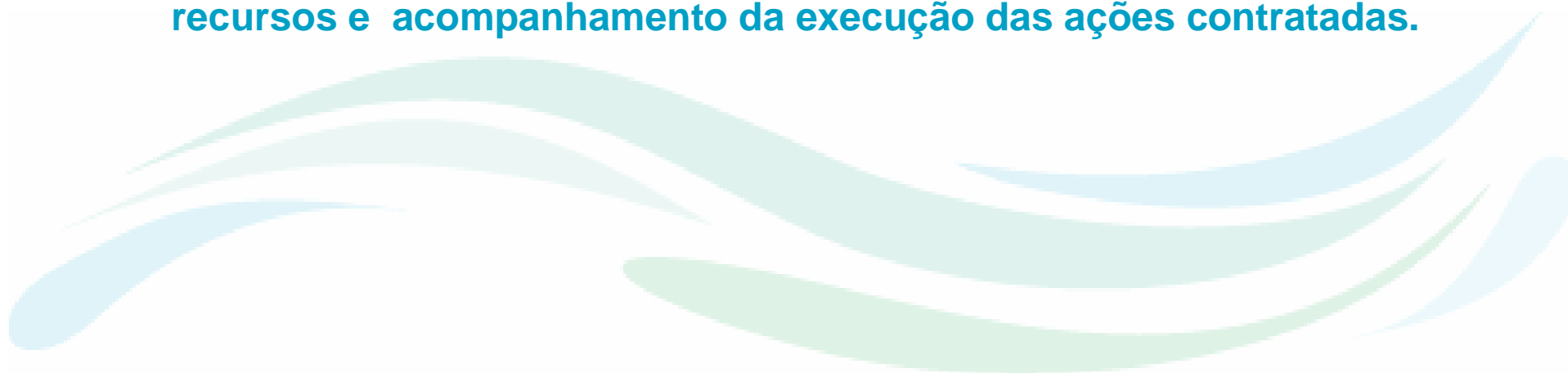
A COBRANÇA NO PARAÍBA DO SUL



- **Como são distribuídos e administrados os recursos arrecadados?**

Cabe ao CEIVAP a hierarquização dos projetos, serviços e obras a serem beneficiados com os recursos da cobrança, a partir dos processos de seleção e de pré-hierarquização realizados pela AGEVAP, sob critérios técnicos aprovados pelo Comitê, a partir do Programa de Investimento .

A AGEVAP, Agência da Bacia, é responsável pela aplicação dos recursos e acompanhamento da execução das ações contratadas.



- **O que mudou a partir de 2007 com a nova metodologia de cobrança?**
 - ✓ Incorpora a carga orgânica lançada, ao passo que a metodologia em vigor até 2006 previa a cobrança sobre a vazão lançada, com desconto para o usuário que tratasse seu efluente, independentemente da carga lançada;
 - ✓ Considera a vazão efetivamente utilizada no cálculo da cobrança, por meio da medição da vazão captada e lançada;
 - ✓ Inclui coeficiente que considera a classe de enquadramento no ponto de captação;
 - ✓ Permite a ponderação da cobrança pelo consumo entre União e Estados;
 - ✓ Permite a inclusão de coeficientes que levam em conta as boas práticas pelo uso da água;



PRINCIPAIS DESAFIOS NA BACIA DO PARAÍBA DO SUL



- ✓ **Dupla dominialidade – União e Estados (SP, RJ, MG):**
 - Diferentes ritmos de implementação dos instrumentos de gestão nos 3 estados;
 - Diferentes níveis de capacitação e de atuação dos Órgãos Gestores;
 - Diversidade de normas, procedimentos e critérios nos 3 estados;
- ✓ **Multiplicidade de organismos atuantes na bacia;**
- ✓ **A principal atividade econômica é industrial, e a maior demanda hídrica (excetuando a transposição) é a irrigação na agricultura.**
- ✓ **Problemas ambientais críticos: o lançamento de cerca de 1 bilhão de litros de esgotos domésticos por dia; escassez de florestas; erosão e inundação.**





PRINCIPAIS DESAFIOS NA BACIA DO PARAÍBA DO SUL



✓ **Cumprimento a determinação da Resolução CNRH nº 66/06 que aprova os mecanismos e os valores de cobrança referentes aos usos de recursos hídricos para a transposição das águas da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul para a bacia hidrográfica do rio Guandu (15%).**

✓ **Revisão da Lei 4247 – RJ – artigos que atingem diretamente a cobrança**

Art. 3º - O Art. 11 da Lei 4.247/03 passa a ter nova redação de seus incisos II, III, IV e V, ficando revogado o inciso I, nos seguintes termos

IV - em virtude da transposição das águas do Rio Paraíba do Sul para a bacia do Rio Guandu, serão aplicados, obrigatoriamente, na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, 15% (quinze por cento) dos recursos oriundos da cobrança pelo uso de água bruta na bacia hidrográfica do rio Guandu, até que novos valores sejam aprovados pelo Comitê para Integração da Bacia do Rio Paraíba do Sul - CEIVAP e Comitê Guandu, e referendado pelo CERHI."



PRINCIPAIS DESAFIOS NA BACIA DO PARAÍBA DO SUL



✓ Cumprimento a determinação da Resolução CNRH nº 66/06 *que aprova os mecanismos e os valores de cobrança referentes aos usos de recursos hídricos para a transposição das águas da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul para a bacia hidrográfica do rio Guandu (15%).*

✓ Revisão da Lei 4247 – RJ - artigos que atingem diretamente a cobrança

Art. 6º - O art. 24 da Lei 4.247/03 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 24º - Os acréscimos de custo verificados nos processos produtivos previstos nessa lei serão suportados pelas empresas, sendo permitido o reequilíbrio econômico-financeiro da prestação dos serviços.

Parágrafo único – caberá ao CERHI a definição do percentual mínimo dos recursos da cobrança pelo uso da água que serão aplicados anualmente em coleta e tratamento de efluentes urbanos, respeitadas as destinações estabelecidas no art. 3º desta lei.

Na minuta original aprovada este artigo foi revogado.



PRINCIPAIS DESAFIOS NA BACIA DO PARAÍBA DO SUL



✓ Cumprimento a determinação da Resolução CNRH nº 66/06 *que aprova os mecanismos e os valores de cobrança referentes aos usos de recursos hídricos para a transposição das águas da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul para a bacia hidrográfica do rio Guandu (15%).*

✓ Revisão da Lei 4247 – RJ - artigos que atingem diretamente a cobrança

Art. 7º - Os débitos relativos aos exercícios anteriores à aprovação desta lei, decorrentes da cobrança pelo uso da água devidos pelos prestadores de serviços de saneamento poderão ser saldados através de investimentos em projetos de captação e tratamento de efluentes urbanos, na forma acordada com o respectivo Comitê da Bacia ou, na ausência deste, com a SERLA.

Não havia este artigo na minuta original aprovada.



PRINCIPAIS DESAFIOS NA BACIA DO PARAÍBA DO SUL



✓ Cumprimento a determinação da Resolução CNRH nº 66/06 *que aprova os mecanismos e os valores de cobrança referentes aos usos de recursos hídricos para a transposição das águas da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul para a bacia hidrográfica do rio Guandu (15%).*

✓ Revisão da Lei 4247 – RJ - artigos que atingem diretamente a cobrança
falta este artigo abaixo que continha na minuta original aprovada:

Art. 7º. A Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagoas – SERLA, órgão gestor de recursos hídricos do Estado do Rio de Janeiro, será o gestor contábil e financeiro, de forma descentralizada, dos recursos do FUNDRHI.

Parágrafo 1º. – A SERLA observará o disposto pela Lei 3.239/99, Lei 4.247/03 e nesta lei para a aplicação dos recursos, e demais documentos legais referentes ao FUNDRHI;

Parágrafo 2º. – Fica vedado o contingenciamento dos recursos do FUNDRHI

- Quanto está sendo cobrado a partir de 2007?

A cobrança pelo uso da água na bacia do Paraíba do Sul é feita levando-se em consideração os tipos de uso - "Preço Público Unitário" - PPU.

Tipo de Uso (R\$)	PPU	Unidade	Valor
Captação de água bruta	PPU _{cap}	m ³	0,01
Consumo de água bruta	PPU _{cons}	m ³	0,02
Lançamento de carga orgânica - DBO _{5,20}	PPU _{DBO}	kg	0,07



A COBRANÇA NO PARAÍBA DO SUL



De acordo com a progressividade aprovada pelo CEIVAP, a partir de 2007, serão cobrados:

- ✓ 88% do valor do PPU para os primeiros 12 meses;
- ✓ 94% do 13º ao 24º mês; e
- ✓ 100% a partir do 25º mês.



- Quanto foi arrecadado até dezembro de 2007?

Cobrança pelo Uso da Água - 2003 a 2007

Arrecadação*	R\$ 37.175.600,99	31,07%
Recursos adicionais alavancados com recursos da cobrança**	R\$ 57.954.764,22	48,44%
PRODES - ANA***	R\$ 24.520.141,29	20,49%
TOTAL****	R\$119.650.506,50	100%

* Arrecadação mais aplicação financeira dos recursos da cobrança pelo uso da água: período -março/2003 até dez/2007

** Recursos adicionais (contrapartidas) aplicados e comprometidos para aplicação na Bacia do Rio Paraíba do Sul

*** Recursos da ANA - do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas aplicados e comprometidos para aplicação na Bacia do Rio Paraíba do Sul

**** Total de recursos aplicados e comprometidos para aplicação na Bacia do Rio Paraíba do Sul.



A COBRANÇA NO PARAÍBA DO SUL



Todo o recurso oriundo da cobrança pelo uso da água bruta arrecadado pela ANA é repassado para a AGEVAP e aplicado integralmente em:

- ✓ **Ações de Implantação e Operação da Agência (custeio)**
- ✓ **Ações Não Estruturais Prioritárias ao Contrato de Gestão**
- ✓ **Ações de Gestão,**
- ✓ **Ações de Planejamento, e**
- ✓ **Ações Estrutural,**

com vistas a melhorar as condições relativas à qualidade e quantidade das águas na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul.

Ao longo dos últimos quatro anos, a bacia do rio Paraíba do Sul vem recebendo investimentos, na forma de campanhas, projetos, programas ou mesmo em ações estruturais.



A COBRANÇA NO PARAÍBA DO SUL



Todo o recurso oriundo da cobrança pelo uso da água bruta arrecadado pela ANA é repassado para a AGEVAP e aplicado integralmente em:

- ✓ **Ações de Implantação e Operação da Agência (custeio)**
- ✓ **Ações Não Estruturais Prioritárias ao Contrato de Gestão**
- ✓ **Ações de Gestão,**
- ✓ **Ações de Planejamento, e**
- ✓ **Ações Estrutural,**

com vistas a melhorar as condições relativas à qualidade e quantidade das águas na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul.

Ao longo dos últimos quatro anos, a bacia do rio Paraíba do Sul vem recebendo investimentos, na forma de campanhas, projetos, programas ou mesmo em ações estruturais.

RECURSOS FINANCEIROS DA COBRANÇA POR ITEM ORÇAMENTÁRIO

AÇÕES	% MÉDIO
Implantação e Operação	7.5 %
Ações Prioritárias	13 %
Ações de Gestão	5 %
Ações de Planejamento	9.5 %
Ações Estruturais	65 %
TOTAL	100%

✓ **Ações de Gestão**

São ações e atividades envolvendo educação ambiental e sanitária, monitoramento e controle ambiental e de recursos hídricos, mobilização e comunicação social, capacitação, e a implementação dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos com vistas ao uso racional das águas e a recuperação e preservação da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul.

✓ **Ações de Planejamento**

Referem-se a elaboração de estudos de concepção, planos diretores e projetos básicos e executivos necessários à execução de ações estruturais e de gestão que visem à melhoria da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul.

✓ **Ações Estruturais**

São obras de engenharia que visem a correção de problemas relativos a qualidade e quantidade de água para diferentes usos na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul.

Investimento em Ações de Gestão 2004-2007

Prog. G)	Tomador	Ação de Gestão	Assinatura Contrato	Vigência do Contrato	Recurso da Cobrança	Recurso Adicional	Valor Total (R\$)	Valor Repassado	Percentual Repassado CG	Situação do Contrato
101/05	Fund. Cacim. Mont. - ITA/SP	Rede Ensino p/ Gestores R. H.	11/11/05	09/05/08	152.400,00	-	152.400,00	124.800,00	82%	Em andamento
104/05	Instituto Ipanema/Médio Paraíba	Educação Ambiental Rural	11/11/05	11/03/06	14.085,00	-	14.085,00	14.085,00	100%	Concluído
100/05	AMPAS - Médio Paraíba/RJ	Prog. Educação Ambiental	10/11/05	30/12/06	99.733,00	-	99.733,00	99.733,00	100%	Concluído
109/05	PM Laranjal/MG	Educação Ambiental Micro Bacias	12/12/05	12/03/07	18.640,00	4.660,00	23.300,00	18.640,00	100%	Concluído
107/05	PM Fervedouro/MG	Educação Ambiental Micro Bacias - APA	12/12/05	12/07/07	25.840,00	6.460,00	32.300,00	25.840,00	100%	Concluído
108/05	Cons. BNG2/N. Frib. (R. Serrana)	Ação Informativa - Gestão RH	12/12/05	30/11/07	178.000,00	-	178.000,00	177.999,25	100%	Concluído
105/05	Ass. Pesc. de R.P.S. - Itaocara - RJ	Preservação das Ilhas Fluviais	12/12/05	31/01/07	61.400,00	-	61.400,00	61.400,00	100%	Concluído
111/05	UBENF - Universidade Estadual Norte Fluminense/RJ	Programa Conscientização na Bacia do Rio Paraíba do Sul	27/12/05	27/02/07	40.300,00	-	40.300,00	40.300,00	100%	Concluído
102/05	Fac. de Eng. Química de Lorena/SP	Monitoramento de Efluentes Industriais	11/11/05	30/04/08	120.994,10	-	120.994,10	108.894,49	90%	Em andamento
110/05	MAPA Mov. Amb. Petrópolis/RJ Bacia do Piabanha - RJ	Mobilização Educação Ambiental Piabanha	12/12/05	31/08/07	75.000,00	-	75.000,00	75.000,00	100%	Concluído
106/05	Paraibuna/SP	Est. de Degradação Sócio - Ambiental	20/12/05	20/12/08	115.300,00	-	115.300,00	-	0%	Análise CEF
103/05	Instituto OIKOS/SP - Lorena - SP	Gestão Participativa dos usos dos Recursos Hídricos	11/11/05	30/12/06	85.730,00	-	85.730,00	85.730,80	100%	Concluído
004/05	AGEVAP	Campanha do Uso Racional da Água	10/5/06	31/08/07	46.750,00	-	46.750,00	46.750,00	100%	Concluído
		Campanha do Uso Racional da Água - PROG (G) 04/05 Vol. I Rio Paraíba	30/6/06	31/07/07	22.175,00	-	22.175,00	22.175,00	100%	Concluído
		Campanha do Uso Racional da Água - PROG (G) 04/05 Vol. II BNG2	15/9/06	28/09/07	22.175,00	-	22.175,00	22.175,00	100%	Concluído
		Campanha do Uso Racional da Água - PROG (G) 04/05 Vol. III AMPAS	6/7/06	30/11/07	22.175,00	-	22.175,00	22.175,00	100%	Concluído
		Campanha do Uso Racional da Água - PROG (G) 04/05 Vol. IV Fund. Christiano Rosa	12/6/06	31/07/07	22.175,00	-	22.175,00	22.175,00	100%	Concluído
	FAPUR/ Embrapa	Tecnologia para Recuperação do Solo			116.352,00	-	116.352,00			Análise AGEVAP
		Subtotal Investido em 2005			1.239.224,10	11.120,00	1.250.344,10	967.872,74		
		PROG (G) 06/06 - Setorial I - Aplicação Ferramentas Gestão								Recurso 2006 a ser aplicado em 2008
		PROG (G) 06/06 - Setorial II - Implem. Aplicação Ferramentas Gestão			316.200,00		316.200,00			
		PROG (G) 06/06 - Setorial III - Comunic. Públic. Mobilização								
		Subtotal Investido em 2006			316.200,00		316.200,00			
		Total Investido em Ação Gestão			1.555.424,10	11.120,00	1.566.544,10	967.872,74		

Investimento em Ações de Planejamento 2004-2007

Proj.(PL)	Tomador	Ação de Planejamento	Assinatura Contrato	Vigência do Contrato	Recurso da Cobrança	Recurso Adicional	Valor Total (R\$)	Valor Repassado	Percentual Repassado (%)	Situação do Contrato
200/05	Barra Mansa/RJ	Projeto Executivo do Sistema de Esgoto	21/07/05	21/11/05	649.961,96	-	649.961,96	649.961,96	100%	Concluído
201/05	Guaratinguetá/SP	Projeto ETE - Jardim Primavera	22/11/05	25/01/08	194.051,29	64.683,76	258.735,05	67.603,20	35%	Em andamento
202/05	Guaratinguetá/SP	Projeto ETE - Jardim do Vale	22/11/05	25/01/08	142.903,31	47.634,44	190.537,75	45.496,61	32%	Em andamento
203/05	S. José dos Campos/SP	Projeto Erosão	23/11/05	20/10/07	90.000,00	-	90.000,00	89.680,00	100%	Concluído
204/05	Paralubuna/SP	Revisão Projeto ETE	29/11/05	29/12/08	100.000,00	-	100.000,00	-	0%	Análise CEF
205/05	Divinésia/MG	Projeto Rede Coletora de Esgoto	18/11/05	31/03/08	19.200,00	4.800,00	24.000,00	10.200,00	53%	Em andamento
206/05	Astolfo Dutra/MG	Projeto ETE - Lagoa de estabilização	Cancelado							
207/05	Guidoval/MG	Projeto Rede Coletora de Esgoto	21/12/05	31/12/07	20.000,00	5.000,00	25.000,00	17.280,00	86%	Em andamento
208/05	Dona Euzébia/MG	Projeto Emissário - ETE	23/12/05	31/03/08	57.400,00	14.400,00	71.800,00	-	0%	Análise CEF
209/05	Itamarati de Minas/MG	Projeto Rede Coletora de Esgoto	21/12/05	31/03/08	20.000,00	4.000,00	24.000,00	-	0%	Análise CEF
210/05	Rodeiro/MG	Projeto Emissário e Interceptor	10/01/06	31/12/07	57.600,00	14.400,00	72.000,00	32.880,00	57%	Em andamento
211/05	Muriae/MG	Projeto ETE Principal	28/12/05	31/01/08	180.000,00	-	180.000,00	6.000,00	3%	Em andamento
212/05	Leopoldina/MG	Estudo de Concepção	23/12/05	31/01/08	87.500,00	-	87.500,00	39.292,50	45%	Em andamento
213/05	Juiz de Fora/MG	Projeto do Plano Geral de Drenagem	29/12/06	30/03/08	564.197,00	140.803,00	705.000,00	-	0%	Análise CEF
	Barra do Piraí/RJ	Proj. Exec. de Sistema de Abast. de Água	Não atendeu as exigências para Contratação							
Subtotal Investido em 2005					2.182.813,56	295.721,20	2.478.534,76	958.394,27		
200/06	Rio Pomba/MG	Projeto Rede Coletora e ETE	02/01/07	30/03/08	57.600,00	14.400,00	72.000,00	-	0%	Análise CEF
201/06	Muriae/MG-DEMSUR	Projeto de Avenida Sanitária - Interceptores	28/12/06	30/03/08	48.000,00	12.000,00	60.000,00	-	0%	Análise CEF
202/06	Santana de Cataguases/MG	Projeto Rede Coletora e ETE	28/12/06	30/03/08	16.000,00	4.000,00	20.000,00	-	0%	Análise CEF
203/06	Argirita/MG	Projeto Rede Coletora e ETE	21/12/06	30/03/08	56.400,00	11.280,00	67.680,00	-	0%	Análise CEF
204/06	Juiz de Fora/MG- CESAMA	Projeto Rede Coletora e ETE - 8 Distrito	01/11/06	30/03/08	148.302,66	37.075,66	185.378,32	-	0%	Análise CEF
205/06	Juiz de Fora/MG- CESAMA	Projeto de Ampliação de Rede Coletora e ETE - Triunfo	01/11/06	30/03/08	32.000,00	8.000,00	40.000,00	-	0%	Análise CEF
206/06	Jacareí/SP-SAAE	Projeto de Sistema de Esgoto Sanitário - Esperança	28/12/06	28/02/08	414.944,33	138.314,77	553.259,10	-	0%	Análise CEF
207/06	Jacareí/SP	Projeto de Reflorestamento do Túri	28/12/06	28/12/07	152.000,00	38.000,00	190.000,00	-	0%	Análise CEF
208/06	Volta Redonda/RJ	Projeto Proteção de Nascente Ingá	28/12/06	30/11/08	498.910,00	117.742,00	616.652,00	-	0%	Análise CEF
Subtotal Investido em 2006					1.424.156,99	380.812,43	1.804.969,42	-		
Total Investido em Ação de Planejamento:					3.606.970,55	676.533,63	4.283.504,18	958.394,27		

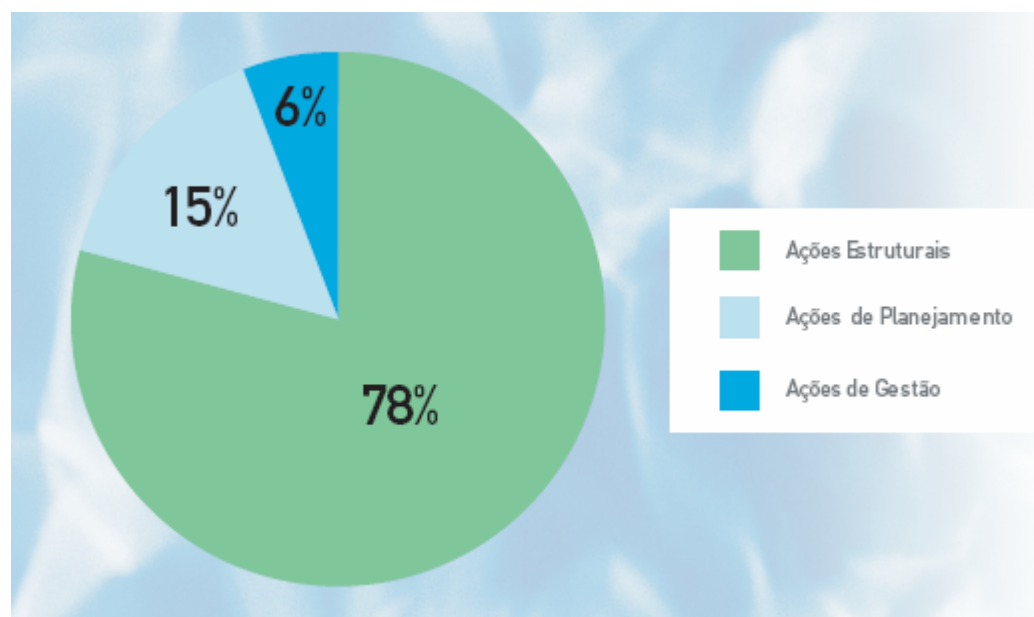
Investimento em Ações Estruturais 2004-2007

Proj. (E)	Tomador	Ação Estrutural	Assinatura Contrato	Vigência do Contrato	Recurso da Cobrança	Recurso Adicional	Valor Total (R\$)	Valor Repassado (X)	Percentual Repassado (%)	Situação do Contrato
300/04	Muriá/MG-DEMSUR	Construção ETE Safira	27/12/04	31/12/07	871.795,00	701.243,73	1.573.038,73	843.248,80	97%	Em andamento
301/04	Ubá/MG	Construção ETE Zona Norte	27/12/04	30/06/08	1.095.793,00	219.158,60	1.314.951,60	-	0%	Análise CEF
302/04	Cachoeira Paulista/SP	Construção ETE Cachoeira Paulista	29/12/04	29/05/08	1.000.000,00	5.452.282,88	6.452.282,88	-	0%	Em andamento
PRODES	Muriá - DEMSUR	Construção ETE - Domelas			56.020,00	1.028.140,00	1.084.180,00	56.020,00	100%	Concluído
PRODES	Guararema/SP - SABESP	Construção ETE Parateí			37.928,00	2.630.062,00	2.667.990,00	37.928,00	100%	Concluído
PRODES	Cachoeira Paulista/SP - SABESP	Construção ETE Cachoeira Paulista			138.501,00	554.004,00	692.505,00	138.501,00	100%	Concluído
PRODES	Guararema/SP - SABESP	Construção ETE Guararema			99.687,00	7.042.362,00	7.142.049,00	99.687,00	100%	Concluído
Subtotal Investido em 2004:					3.299.724,00	17.627.273,21	20.926.997,21	843.248,80		
300/05	Guaratinguetá/SP	Construção Coletor Tronco	29/06/05	29/12/07	200.000,00	89.097,96	289.097,96	200.000,00	100%	Concluído
301/05	Guaratinguetá/SP	Controle Erosão São Gonçalo	29/06/05	29/06/08	1.000.000,00	200.000,00	1.200.000,00	256.715,00	26%	Em andamento
302/05	Guaratinguetá/SP	Construção ETE Pedregulho	22/11/05	19/03/09	2.400.000,00	600.000,00	3.000.000,00	301.249,74	13%	Em andamento
303/05	Carangola/MG	Construção do 1º Módulo ETE Carangola	28/12/05	31/12/07	800.000,00	335.460,17	435.147,17	476.348,58	60%	Em andamento
304/05	SERLA - Campos/RJ	Recuperação dos Canais	29/12/05	30/06/08	730.000,00	146.000,00	876.000,00	-	0%	Em andamento
Subtotal Investido em 2005:					5.130.000,00	1.370.558,13	5.800.245,13	1.234.313,32		
300/06	Rodeiro/MG	Construção ETE	22/12/06	30/03/08	65.600,00	16.400,00	82.000,00	-	0%	Análise CEF
301/06	Muriá/MG	Construção ETE - Pirapanema	29/12/06	30/03/08	97.641,10	26.821,31	124.462,41	-	0%	Análise CEF
302/06	Barra Mansa/RJ	Construção ETE - Ano Bom	27/12/06	30/03/08	3.298.231,00	1.200.000,00	4.498.231,00	-	0%	Análise CEF
303/06	Aparecida/SP - SAAE	Construção ETE - Perpétuo Socorro	28/12/06	28/12/07	179.776,00	49.887,86	229.663,86	-	0%	Análise CEF
304/06	Volta Redonda/RJ - SAAE	Construção ETE - Parque das Garças	28/12/06	30/04/08	607.536,60	202.512,20	810.048,80	-	0%	Análise CEF
305/06	Carangola/MG	Construção Interceptores de Esgoto	29/12/06	30/03/08	194.159,20	48.539,81	242.699,01	-	0%	Análise CEF
306/06	Jacareí/SP - SAAE	Construção Elevatória - Parque dos Sinos	28/12/06	28/12/07	484.589,10	161.529,70	646.118,80	-	0%	Análise CEF
307/06	Jacareí/SP - SAAE	Construção Coletor Tronco - B. Branca	28/12/06	28/12/07	163.870,27	54.623,43	218.493,70	-	0%	Análise CEF
308/06	Caçapava/SP	Construção Coletor de Esgoto - Vila Mariana	28/12/06	28/12/07	506.228,66	126.957,17	632.785,83	-	0%	Análise CEF

Investimento em Ações Estruturais 2004-2007

309/06	COPASA/MG	Proteção de Manancial	25/01/07	16/12/08	246.625,74	164.417,16	411.062,90	-	0%	Análise CEF
310/06	Lavrinhos/SP	Recuperação Mata Ciliar - Rio do Braço	27/12/06	27/12/09	82.718,16	20.679,54	103.397,70	-	0%	Análise CEF
311/06	Miradouro/MG	Recuperação de Mananciais	29/12/06	30/03/08	68.718,80	17.179,70	85.898,50	-	0%	Análise CEF
312/06	Fundação Cristiano Rosa/SP	Recuperação Mata Ciliar	30/06/07	30/08/09	95.767,87	23.941,97	119.709,84	28.730,00	30%	Em andamento
313/06	Tremembé/SP	Controle de Erosão	27/12/06	27/12/07	171.297,33	42.826,33	214.121,66	-	0%	Análise CEF
314/06	Santana de Cataguases/MG	Tratamento de Resíduos Sólidos	28/12/06	30/03/08	64.300,80	16.075,21	80.376,01	-	0%	Análise CEF
315/06	Pequeri/MG	Triagem, Compostagem e Aterro	28/12/06	30/03/08	142.795,62	35.698,90	178.494,52	-	0%	Análise CEF
316/06	Itamarati Minas/MG	Triagem, Compostagem e Aterro	05/01/07	30/03/08	142.795,62	35.698,90	178.494,52	-	0%	Análise CEF
Subtotal Investido em 2006:					6.612.651,87	2.243.387,19	8.856.039,06	28.730,00		
PRODES	Jacareí/SP	Construção ETE - Central	-	-	703.549,04	-	703.549,04	-	0%	PRODES
PRODES	Taubaté/SP	Construção ETE Taubaté	23/10/2007	31/12/2013	2.876.078,21	-	2.876.078,21	2.876.078,21	100%	PRODES
PRODES	Juiz de Fora/MG	Construção ETE União Indústria	-	-	656.028,25	-	656.028,25	-	0%	PRODES
PRODES	Barra Mansa/RJ	Construção ETE 3 Ano Bom	-	-	269.733,35	-	269.733,35	-	0%	PRODES
PRODES	Muriae/MG	Construção ETE Principal	-	-	123.104,64	-	123.104,64	-	0%	PRODES
Subtotal Investido em 2007:					4.628.493,49	-	4.628.493,49	2.876.078,21		
Total Investido em Ação Estrutural:					19.670.869,36	21.241.218,53	40.211.774,89	4.982.370,33		

Aplicação dos Recursos da Cobrança Arrecadados na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul



Período de: 2004 a Nov/2007



GESTÃO PARTICIPATIVA



Os esforços hoje são voltados para a integração de todos estes organismos da bacia do Paraíba do Sul entre eles e com o CEIVAP, no sentido de minimizar os conflitos, encontrando soluções negociadas, e convergindo energias para a gestão da bacia como um todo, praticando a chamada “**solidariedade hídrica**” no âmbito da bacia do rio Paraíba do Sul.

www.ceivap.org.br
agevap@ceivap.org.br